

LIDERANÇAS EDUCACIONAIS ANTIRRACISTAS: CAMINHO PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Denise Silva

Giszele Silva

Sueli Nunes

Resumo

Este artigo discorre sobre a importância do engajamento das lideranças educacionais no combate ao racismo na sociedade por meio da promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer) nas escolas. A persistência das desigualdades raciais em várias áreas sociais, como saúde e educação, decorrentes do legado colonial e da estrutura racista da sociedade brasileira demonstra a relevância do desenvolvimento de uma educação antirracista. A partir da utilização de dados estatísticos e de estudos acadêmicos, a Motriz, uma organização do terceiro setor, atua em diferentes territórios, na sensibilização e na formação das lideranças das secretarias de educação dos estados e municípios fornecendo apoio na construção e desenvolvimento da educação antirracista nas escolas. O estudo é construído por meio da revisão bibliográfica de conhecimentos e dados sobre a temática e do relato de experiência da Motriz, apresentando as disparidades no desempenho escolar entre estudantes negros e brancos, fornecendo indícios da necessidade de políticas educacionais antirracistas. As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena, são mencionadas como instrumentos importantes, mas sua efetivação depende do engajamento das lideranças educacionais. O texto enfatiza a relevância do letramento racial na formação docente e propõe estratégias para a implementação de práticas pedagógicas antirracistas, com foco na equidade e na valorização da diversidade cultural. Além disso, destaca-se a necessidade de criar uma cultura de fiscalização, monitoramento e avaliação para garantir o cumprimento das leis e o desenvolvimento de métricas que avaliem o progresso na promoção da Erer. O texto se encerra reforçando a importância da educação para a transformação da sociedade, rumo a uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Lideranças governamentais. Racismo. Relações étnico-raciais. Políticas públicas. Educação antirracista.

Abstract

This article discusses the importance of educational leadership in combating racism and promoting Education for Ethnic-Racial Relations (Erer) in Brazil. It highlights the persistence of racial inequalities in various social areas, such as health and education, stemming from the

colonial legacy and the racist structure of Brazilian society. Based on statistical data and academic studies, it presents disparities in academic performance between Black and white students, emphasizing the need for anti-racist educational policies. Laws 10.639/03 and 11.645/08, mandating the teaching of African, Afro-Brazilian, and Indigenous cultures, are mentioned as crucial instruments, but their implementation relies on the engagement of educational leaders. The article stresses the importance of racial literacy in teacher training and proposes strategies for implementing anti-racist pedagogical practices, aiming for equity and the appreciation of cultural diversity. Additionally, it underscores the need to foster a culture of oversight to ensure law compliance and the development of metrics assessing progress in promoting Erer. The text concludes by reinforcing the significance of education for societal transformation towards a fairer and more inclusive society.

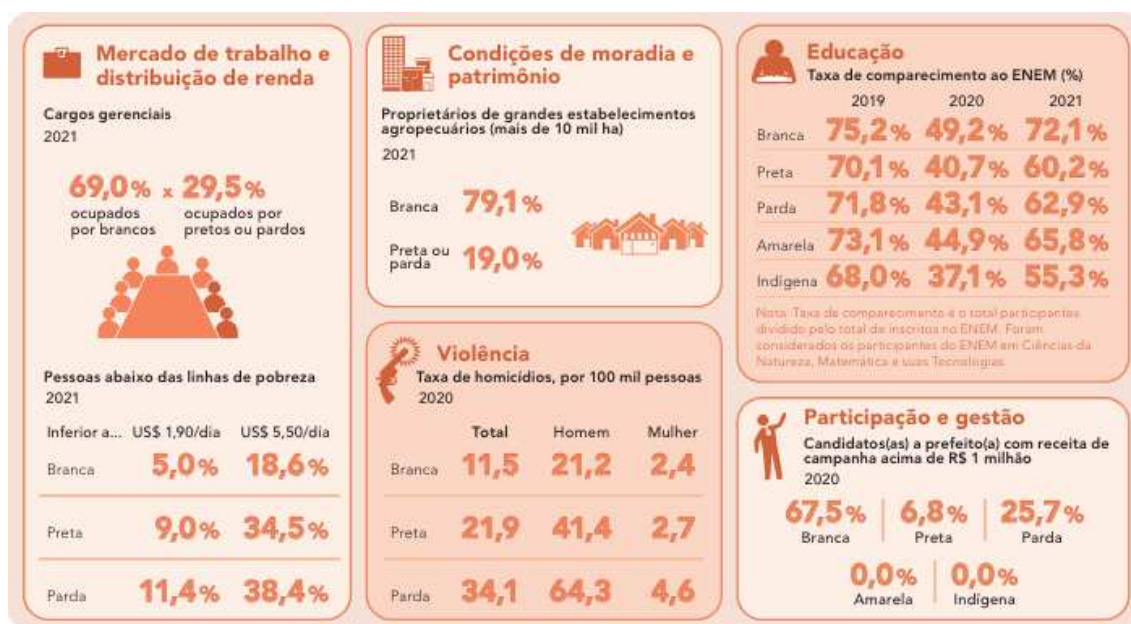
Keywords: Government leadership. Racism. Ethno-racial relations. Public policies. Anti-racist education.

1 INTRODUÇÃO

A principal riqueza de um país é o seu povo. Em geral, as políticas são criadas e implementadas com e para as pessoas para assegurar direitos e deveres na promoção da vida humana e da dignidade. Ao discutir riquezas no Brasil, notamos uma grande variedade de recursos naturais e riquezas socioculturais, essenciais para o progresso em benefício da população. Tal fato não encontra consonância quando falamos sobre a totalidade da população minorizada, da diversidade étnica, regional, econômica e das diferenças de gênero, fenômenos que ainda estão pautados em resquícios profundos da colonização, distanciando pessoas ao seu pleno desenvolvimento intelectual e econômico-social.

Essa realidade é evidenciada por meio de dados apresentados pela pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): *Desigualdades sociais por cor e raça no Brasil*, edição de 2022. A pesquisa apresenta como marcador social “raça” representado o quantitativo de pessoas negras em cargos de liderança, nas taxas de homicídios, na diferença salarial, na moradia, na educação entre outros critérios.

Figura 1: Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil

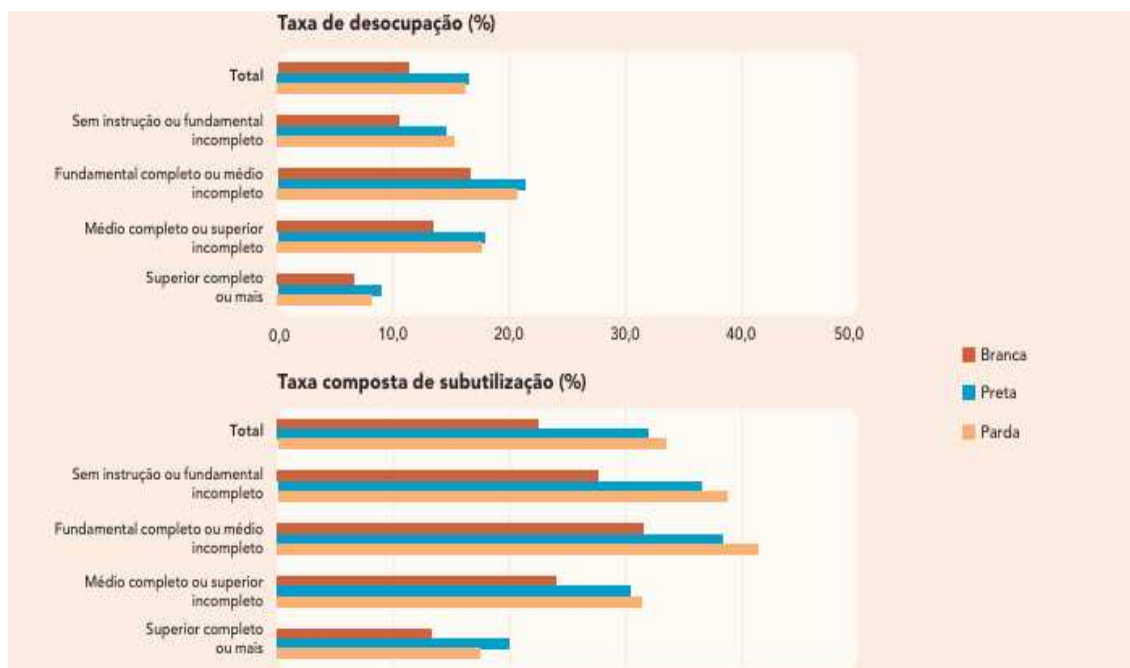


Fonte: IBGE (2022, p. 1).

As desigualdades raciais são importantes marcadores para a análise das grandes diferenças sociais no Brasil, uma vez que, além de termos um retrato de nossa realidade atual, tais dados nos fornecem evidências de como chegamos neste contexto atual.

A profunda desigualdade social brasileira é sistêmica, as evidências apresentam os impactos do racismo em diversas áreas como saúde, segurança alimentar, educação, moradia, entre outras áreas fundamentais para o desenvolvimento das pessoas, as quais apresentam disparidades quando a realidade das pessoas negras, brancas e pardas é comparada.

Gráfico 1: Mercado de trabalho e distribuição de renda, taxa de desocupação e taxa composta de subutilização, segundo os níveis de instrução – 2021



Fonte: IBGE (2022, p. 2).

A história nos conta o quanto o período colonial foi marcado a partir da exploração e extermínio dos povos indígenas e dos negros escravizados em detrimento ao povoamento e benesses oportunizados aos imigrantes europeus nas terras brasileiras.

As práticas legalistas no período colonial e pós-colonial deixaram cicatrizes profundas no desenvolvimento estrutural da nossa sociedade, sendo reproduzida cotidianamente. O mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo) já dizia: “Quem domina é dono”. Tal frase simples, porém profunda, explica que é a partir da ótica do colonizador que se constroem as matrizes da sociedade, por meio do exercício de quem é considerado humano e não humano, de quem tem direito legal à posse de terra e de quem não tem direito, de quem tem direito legal à educação e de quem foi impedido de ter acesso à escolarização.

2 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS REDES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO

A instituição do terceiro setor Motriz nasceu da fusão entre o Vetor Brasil e o Instituto Gesto, duas organizações que atuavam em caminhos distintos, mas compartilhavam a mesma visão de longo prazo: desenvolver a capacidade institucional dos governos para gerar impacto em escala.

O Vetor Brasil, ao longo de sete anos de existência, trabalhou com mais de 8 mil profissionais em mais de 200 órgãos públicos, ajudando governos a solucionarem desafios por meio da inovação na gestão de pessoas. Por sua vez, o Instituto Gesto se dedicava ao fortalecimento da educação e da gestão pública em municípios e estados brasileiros, com atuação em três frentes principais:

- a) **Programa Formar:** iniciado em 2016, tem como objetivo contribuir com a gestão pedagógica e administrativa das secretarias de ensino.
- b) **Programa Plantar:** promove a conservação das florestas da Amazônia por meio do avanço do desempenho educacional integral.
- c) **Programa Fortalecer:** apoia estados e municípios na construção e implementação de políticas para suas lideranças.

Os programas de educação (Formar e Plantar) já alcançaram mais de 1,6 milhão de estudantes do ensino fundamental em 30 territórios. No âmbito da gestão estratégica (programa Fortalecer), foram estabelecidas parcerias em oito territórios.

Em 2023, a fusão dessas duas organizações resultou na criação da Motriz, uma entidade maior e mais bem posicionada para impactar positivamente o Brasil com soluções sustentáveis e escaláveis.

A Motriz é uma organização sem fins lucrativos cujo propósito é fortalecer o poder executivo brasileiro para entregar serviços de qualidade a todas as pessoas no Brasil, com equidade étnico-racial, equidade de gênero e sustentabilidade socioambiental. Com soluções inovadoras, focadas na melhoria da educação pública e no engajamento de lideranças do setor público, a Motriz contribui para a implementação de políticas e serviços públicos mais efetivos, inclusivos e diversos no Brasil.

Em sua atuação na educação, a referida organização entende que não há ensino de qualidade sem considerar a promoção da educação antirracista a qual permeie todos os atores, políticas e processos que estruturam o ambiente escolar.

O racismo no Brasil foi a fonte que operou riquezas para alguns e outros foram fadados à própria sorte. Ou seja, o racismo surgiu com o próprio processo de colonização do país. A esse respeito, Sant’ana (2005, p. 42) diz que:

O racismo não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão de obra barata por meio da exploração dos povos colonizados [...] e nessa perspectiva a forma de trabalho adotado tinha objetivo apenas enriquecer e fortalecer os poderes do homem branco, pois essa dinâmica estabelecida havia uma grande exploração sem qualquer tipo de custo para quem tinha o poder de oprimir aquele era o ‘branco colonizador’ (Sant’ana, 2005, p. 42).

Na educação, as desigualdades são perceptíveis quando são confrontados os dados de aprendizagem entre estudantes negros e brancos. Um estudo realizado pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) em 2021, analisando os dados do Sistema de Avaliação Educacional Brasileiro (Saeb) de 2019, mostra que “crianças pretas com aprendizado adequado é inferior ao da criança branca da mesma classe social”. [GNTCS1]

Figura 2: Equidade - Percentual de estudantes com aprendizado adequado anos iniciais



Fonte: Iede (2019).

Em língua portuguesa, o aprendizado adequado no quinto ano é de 65,1% entre os estudantes brancos e de 40,3% entre os estudantes pretos. Em matemática, o aprendizado adequado é de 55,8% dos estudantes brancos e de 31,2% dos estudantes pretos.

A referida pesquisa revela, de forma qualitativa e quantitativa, a compreensão de que a maior problemática das questões sociais no Brasil não é unicamente de ordem econômica. O fator de maior relevância, que expressa as diversas iniquidades sociais, é de fato, a desigualdade ocasionada pelo fator racial. A esse respeito, uma recente pesquisa realizada no Centro de Desenvolvimento Infantil, da Universidade de Harvard, evidencia os efeitos do racismo na saúde das crianças negras na fase da primeira infância. A esse respeito, Setúbal (2022), relata que

[...] nas crianças, os episódios diários de racismo — desde ser alvo de preconceito até assistir a casos de violência sofridos por outras pessoas da mesma raça — têm um efeito às vezes ‘invisível’, mas duradouro e cruel sobre a saúde e o corpo, e que vão impactar o cérebro delas, sobretudo as menores (Setúbal, 2022).

Por meio da reunião de diversos estudos sobre o impacto da vivência cotidiana de situações de racismo, das ocorrências mais sutis até as formas mais violentas, e do acesso precário ao serviço público, o estudo conseguiu determinar o impacto do racismo no aprendizado, na saúde física, na mental e no comportamento das crianças negras.

A simples conclusão deste estudo já serviria como argumento suficiente para que os governos dos estados e dos municípios fornecessem a devida celeridade no desenvolvimento de políticas públicas de combate ao racismo no ambiente escolar. No entanto, o mesmo estudo afirma que essa situação enfrentada pelas crianças negras, geram custos bilionários para a saúde pública, enfraquece a economia de um país em função das disparidades raciais, além de perpetuar um ambiente de injustiça social quando a maior parte da população não consegue atingir a sua plenitude de desenvolvimento humano e de sua capacidade produtiva. Face ao exposto, as lideranças da educação precisam dar a devida centralidade nas ações de enfrentamento ao racismo presente no contexto das práticas educacionais, compreendendo o racismo como elemento excludente, distanciando as oportunidades de aprendizagem de muitos estudantes negros para conquistar seu pleno potencial de aprendizagem. Ao entender que as desigualdades sociais perpassam pelo marcador “raça” no Brasil, uma vez que em o racismo no país é um fenômeno estrutural e estruturante da atual sociedade, as lideranças educacionais devem compreender que não há como debater formação docente, currículo ou práticas pedagógicas desconsiderando o passado e o presente da população negra em nosso país. Na realidade dos fatos, o fim da escravidão não garantiu as mesmas oportunidades de acesso, de permanência adequada ou até mesmo de escolas com infraestrutura física e de pessoal para as crianças negras, gerando impactos negativos no sucesso de sua trajetória escolar.

3 A ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL (Erer)

Apesar da importante conquista do movimento negro, com o devido reconhecimento da existência das desigualdades socioeconômicas e raciais na educação na Lei Federal nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), é notório que ainda são inúmeras as barreiras a serem ultrapassadas. É necessário ter pleno conhecimento da história da construção do racismo no Brasil aliado à força de vontade política para lidar com o ranço da escravidão que ainda está presente, cotidianamente, nas práticas sociais e, principalmente, no ambiente escolar.

Ao entender que além de ser uma célula do retrato da sociedade, a escola também é espaço de reconstrução, de oportunidade e de potencialidade de saberes, agindo de forma estruturadora, confluindo o vértice piramidal da força e do saber.

No exercício de projeção de uma educação antirracista, não existe um único caminho, dado que, em alguns momentos, a rota mais plausível pode ser retomar o caminho do meio. Em seu livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, bell hooks^[DM2], apresenta possibilidades de uma construção de conhecimento através de valores como dispositivo de mudanças. Ao analisar a proposta da autora, não se sugere a criação de novas leis, tampouco a implantação de diferentes diretrizes educacionais, mas, sim, de um olhar intencional e atento para a questão da educação com recorte racial em todas as ações de enfrentamento aos impactos do racismo para que tenhamos, de fato, um país com justiça social.

Assim, a proposta educacional como elemento estruturador, justo e equitativo é um caminho para caminhar com intencionalidade na implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornaram obrigatório o estudo da cultura africana e afro-brasileira e indígena, respectivamente. O movimento social, especificamente, o movimento negro, sempre apresentaram esta pauta para o debate público, possibilitando o chamamento e responsabilização de todos e em especial dos que estão nos assentos de decisão e poder para incidirem sobre ações que mitiguem os traços das iniquidades educacionais.

No entanto, o fato é que as lideranças educacionais precisam ter conexão com a pauta para que as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 sejam aplicadas com intencionalidade, à medida que a maioria dos espaços de poder na educação são ocupados por pessoas brancas. É necessário

propagar a premissa de que todas as pessoas que estão em posição decisória devem atuar de forma intencional para que se dê, pelo menos, o cumprimento da legislação. A esse respeito, Gomes e Jesus (2013, p. 22) são contundentes ao afirmar que:

a aprovação e a paulatina implementação dessa legislação, fruto das pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, juntamente com os demais aliados da luta antirracista, sinaliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. Implica, também, uma postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contraponha à presença do racismo e de seus efeitos, seja na política educacional mais ampla, na organização e funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e continuada de professores, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola (Gomes; Jesus, 2013, p. 22).

Para que as leis explicitadas acima sejam efetivadas, é importante que haja entendimento profundo do que a ela representa, ou seja, do que pode ser impulsionado quando se aprende, a partir da realidade cultural e dos saberes, que há muito tempo foram invisibilizados, negligenciados e forçados como inferior à raça branca num processo de desumanização.

No artigo *Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil*, Azoilda Trindade (2005) preconiza que, na sociedade contemporânea, reconhece-se que a educação é um dos mais importantes canais de mobilidade social. Isto é, quem tem acesso à educação de qualidade se torna habilitado a participar do conjunto de bens e de serviços disponíveis na sociedade. De acordo com Trindade (2005, p. 30-31):

A África e seus descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios, ou seja, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural. E apesar do racismo, das injustiças e desigualdades sociais, essa população afrodescendente sempre afirmou a vida e, conseqüentemente, constitui o/s modo/os de sermos brasileiros e brasileiras (Trindade, 2005, p. 30-31).

Dessa forma, o que, como, com quem e quando aprender, faz total diferença na apropriação dos valores civilizatórios afro-brasileiros, ou seja, ao conjunto de saberes que definem o sujeito em seu modo de viver, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, objetivas e subjetivas que constituem o sujeito de forma individual e coletiva em seu processo histórico-social.

A autora intitula esses saberes como “princípios de circularidades”. Eles apresentam saberes de tradição oral ancestral que está imerso e corporificado no sujeito em sua dimensão pessoal e coletiva. Piaget (1970) reforça essa tese na teoria interacionista, quando aborda que o sujeito na

construção do conhecimento elabora suas construções a partir de conhecimentos endógenos, abstraídos de conhecimentos anteriores, e conhecimentos exógenos, a partir da construção da realidade em que vive.

Na interação entre os saberes afrocentrados e europeus, o aprendiz está no centro, sendo crucial incorporar os processos educativos que abrangem o conhecimento empírico, científico, histórico e cultural. O foco principal é resgatar o autoconhecimento, o conhecimento do outro e o entendimento do ambiente, ou seja, compreender a diversidade de saberes das diferentes culturas que formam o Brasil. Isso implica em transformar a narrativa de povos superiores e inferiores, e em reconhecer igualmente a contribuição de todas as culturas. Nesse sentido, a atuação das lideranças da educação na criação de estratégias educacionais antirracistas de mudanças na gestão escolar, no currículo e na prática docente é fundamental para a construção de políticas e de práticas antirracistas no ambiente escolar. Para que tais estratégias cheguem às salas de aula, é preciso que as altas lideranças educacionais estejam sensibilizadas e letradas em relação à história e à construção do racismo, dado que possuem discricionariedade na tomada de decisão. O fortalecimento e priorização da pauta por parte das lideranças educacionais ampliam as perspectivas de mobilização nas escolas, principalmente na atuação docente. A esse respeito, Gomes (2021, p. 444) traz uma importante contribuição:

As professoras e os professores que desejem sair do lugar do imobilismo frente à questão racial, desnaturalizando as desigualdades raciais, descolonizando as mentes, o conhecimento e os currículos, e construir-se como sujeitos que se indignam perante as práticas discriminatórias devem mover-se para sair da inércia racial. Deverão, portanto, partir para a ação concreta, construindo práticas pedagógicas, acadêmicas e epistemológicas emancipatórias e antirracistas. Trata-se de uma postura pessoal, profissional, política e epistemológica, que recusa toda e qualquer forma de racismo e discriminação, e que produz mudanças efetivas na vida dos sujeitos com o rompimento das hierarquias raciais (Gomes, 2021, p. 444).

No entanto, é preciso criar uma cultura de fiscalização dos mecanismos regulatórios para gerar engajamento dos gestores escolares na criação e implementação de práticas pedagógicas perenes, objetivando o reconhecimento, a valorização da história, a cultura e a identidade dos negros e dos indígenas brasileiros. É urgente incluir no currículo escolar, de forma obrigatória, o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Com o engajamento das altas lideranças educacionais, é possível criar métricas e indicadores das ações que comprovem o cumprimento da legislação pelas escolas, cujo objetivo não seja a punição, mas, sim, o estímulo e a bonificação das escolas que atingirem as metas de educação para as relações étnico-raciais (Erer). Outro aspecto positivo da criação de indicadores de desempenho em Erer consiste em inibir ações pontuais, sem planejamento e

diálogo com o projeto pedagógico da escola ou o cumprimento de requisitos mínimos realizados apenas em datas comemorativas.

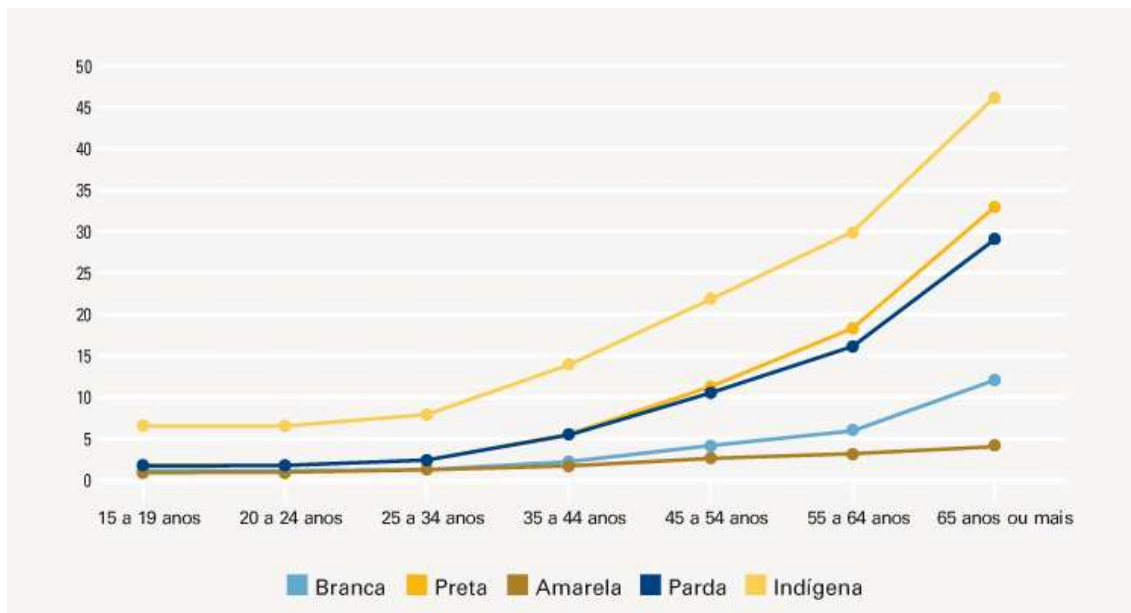
É importante ressaltar que as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 não somente ressaltam a importância de mudar o foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia para um africano, mas, principalmente, de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural racial. Outro ponto de suma importância é trazer luz ao protagonismo dos estudantes, à vivência dos saberes da sua comunidade e à contraposição de saberes. Ainda que esse fundamento seja importante para todos os estudantes, ele tem uma ação primordial no engajamento e na retenção dos estudantes do ensino médio, principalmente para os estudantes do gênero masculino e negros.

A observância desse aspecto é de extrema importância, visto que, conforme os dados da instituição Todos pela Educação, com base em dados do IBGE, entre 2012 e 2022, a cada dez jovens pretos de 19 anos no país, apenas seis concluíram o ensino médio, sendo que os jovens pretos e pardos são minoria no ensino médio. No entanto, a discrepância de acesso ao ensino entre brancos e negros se inicia desde os anos iniciais, quando se observa o ingresso de cada raça na escola. Em decorrência desse contexto, os jovens negros apresentam 10 anos de defasagem de aprendizagem em relação aos jovens brancos.

Estudar sobre a história, cultura, memória e saberes do povo negro possibilita maior repertório de conhecimento coletivo, bem como conhecimento individual, fortalecendo a própria história, estimulando a autoestima e ampliando a capacidade de confiança e de empoderamento de valores, desmistificando o estereótipo de que as pessoas pretas possuem menor capacidade de aprendizagem. Ao considerar os impactos do racismo estrutural na população negra, ampliamos a nossa perspectiva ao compreender que o desempenho escolar das crianças negras é afetado por diversos fatores que envolvem não somente aspectos socioeconômicos, de saúde e de moradia, mas que produzem efeitos de longo prazo no comportamento, desenvolvimento e saúde mental, como aponta o estudo realizado pelo Centro de Desenvolvimento Infantil, da Universidade de Harvard. De acordo com o estudo, quando o sistema de resposta ao estresse das crianças permanece ativado em níveis elevados durante longos períodos, pode ter um efeito de desgaste significativo no desenvolvimento do cérebro e dos outros sistemas biológicos. É inevitável relacionar os dados desse estudo à consequência atual, evidenciada pelos dados, quando se compara os índices entre a aprendizagem de estudantes negros e de brancos. Essa

realidade cruel é constatada desde a creche até a conclusão do ensino médio e permanece por muito tempo, estendendo-se ao longo da vida.

Gráfico 2: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE (2022).

Mesmo após 20 anos da Lei nº 10.639/2003, a sociedade ainda tem muito a fazer. Nesse sentido, é essencial avançar com a devida celeridade. Para que isso ocorra, é fundamental que as altas lideranças da educação compreendam o processo de letramento racial como algo indispensável na formação inicial dos cursos de licenciaturas. Ainda que não haja obrigatoriedade na efetivação da lei, não significa dizer que ela não possa ser estudada, analisada e que se estabeleça a construção de propostas, projetos e práticas de cunho antirracista que favoreçam a aprendizagem dos estudantes e de futuros educadores na disseminação da educação antirracista.

4 A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA PROMOÇÃO DOS ESTUDOS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL NAS ESCOLAS

O fortalecimento do poder executivo brasileiro para a entrega de serviços educacionais de qualidade, com equidade e sustentabilidade socioambiental a todas as pessoas do país, configura-se como um importante propósito da Motriz. O entendimento é que, ao favorecer o desenvolvimento das altas lideranças dos governos, é possível construir um país mais justo e equânime.

No entanto, em um país cujo desenvolvimento foi pautado na escravização do povo negro durante quase quatro séculos, a construção de ações de justiça social, invariavelmente, envolve ações de equidade racial.

Destarte, a organização atua com intencionalidade, estratégia e foco no desenvolvimento de ações para dentro e para fora da instituição, quando assume como meta ter um número expressivo de talentos negros ao potencializar o desenvolvimento dessas pessoas para o alcance de posições de liderança.

Na atuação com os governos, o objetivo da Motriz consiste em identificar as necessidades dos territórios. Todavia, é importante ressaltar que, em tais ações, existem pontos inegociáveis como aumentar o aprofundamento, o engajamento e o letramento racial com metodologias por meio de palestras, de *workshops*, de trilhas formativas, de construção de processos administrativos e de desenvolvimento de lideranças com recorte racial e de gênero.

Na atuação em educação com equidade, a organização tem como objetivo sensibilizar os territórios para ações concretas no desenvolvimento de aprendizagens equitativas, garantindo que todos os estudantes possam ter oportunidades de aprender e desenvolver suas habilidades de forma justa e igualitária.

Entre as ações nos territórios, é realizado o levantamento de: diagnósticos, momentos formativos, reuniões pontuais sobre o desenvolvimento dos programas de formação, auxílio na condução dos processos seletivos, construção de matriz de competência das lideranças, análise de documentos pedagógicos com recorte racial, além de participar, com outras instituições, da construção de documentos e recomendações que evidenciem a importância no trabalho em educação com equidade.

Tais ações desenvolvidas pela Motriz vêm impactando, de forma significativa, a forma de pensar e de fazer de várias lideranças no país quando o tema é equidade. O mais importante é constatar os desdobramentos dessas ações no contexto das salas de aula, onde professor e aluno dão real sentido etimológico à palavra “educar”, do latim "*educare*", que significa “educar, instruir” e também “criar”, “trazer luz à ideia”.

Relacionando intencionalidade, teoria e prática, evidencia-se um dos processos formativos desenvolvido pela Motriz em 2023, que teve como objetivo criar uma comunidade de prática pedagógica antirracista, a partir da construção vivenciada no processo formativo.

Assim, foram reunidas 43 lideranças educacionais de vários territórios em uma trilha formativa de desenvolvimento de lideranças em Erer. O percurso formativo foi desenvolvido na perspectiva de ampliação do letramento racial crítico, do desenvolvimento de lideranças e da construção de ações metodológicas aplicáveis ao território por meio do acompanhamento de um plano de ação.

Essa iniciativa da Motriz possibilitou diferentes práticas exitosas em diversos territórios. Vale destacar o projeto Procor, realizado pela Secretaria Municipal de Educação de São Vicente, uma cidade de São Paulo. Em 2023, esta secretaria iniciou o processo de formação e letramento da temática de equidade racial para os técnicos, impactando diretamente 300 servidores com desdobramentos das ações no contexto da sala de aula.

Outra importante prática pedagógica de amplitude estrutural aconteceu no município de Cariacica, no Espírito Santo. Com o engajamento da liderança da educação, o processo de letramento racial teve início com o próprio time de Erer do território, sendo que, em seguida, desdobrou as ações formativas para os técnicos da Seduc e, posteriormente, para alguns professores e coordenadores pedagógicos pelo Projeto Embaixadores de Erer. Atualmente, a formação já aconteceu para todos os servidores da Secretaria de Educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e está sendo ampliada para os professores. O impacto direto dessas ações já alcançou mais de 1.200 profissionais da educação da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tantas outras iniciativas estão sendo criadas, ampliadas e potencializadas no grupo ativo da comunidade de práticas. Os professores que participaram da trilha possuem autonomia para continuar ampliando suas ações para além da intervenção da Motriz, dando o real sentido ao entendimento dos pressupostos de uma comunidade de práticas pedagógicas antirracistas.

Todas essas ações possibilitam a criação e a ampliação de um repertório de aprendizagens afrocentradas, com o objetivo de mitigar as lacunas dos índices de aprendizagens entre estudantes negros e brancos.

A Motriz reconhece o setor público como um campo fértil de disseminação de conhecimentos e de tecnologias capazes de transformar uma sociedade desigual em uma sociedade inclusiva, com justiça social e próspera. A busca pela equidade racial e de gênero não é apenas um objetivo ético, mas uma ação necessária para alcançar toda a capacidade criativa por meio da utilização

do potencial dos talentos diversos do Brasil. Não há democracia sem uma educação antirracista em um país com tanta diversidade cultural, mas também com um nível alto de desigualdade.

Dessa forma, vale refletir em um ensinamento do Nego Bispo quando ele diz: “início, meio e início”. Este artigo chega ao fim com a certeza das autoras de que outros darão continuidade à construção dessa pauta. Tais autoras caminhará, nela, porém há muito ainda a caminhar. As barreiras trazidas pelo racismo estrutural ainda dificultam o acesso de oportunidades de muitos, mas não diminuem a força e a potência para continuar caminhando de mãos dadas em prol de uma educação pública de qualidade e com equidade.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Gabriel. **Menos da metade dos negros e dos nordestinos concluiu o ensino médio.** [S.l.], 22 mar. 2024. Artigo publicado no *site* Poder 360. Disponível em: [https://www.poder360.com.br/educacao/menos-da-metade-dos-negros-e-dos-nordestinos-concluiu-o-ensino-medio/#:~:text=O%20relatório%20da%20Pnad%20Contínua,é%20de%2054,5%](https://www.poder360.com.br/educacao/menos-da-metade-dos-negros-e-dos-nordestinos-concluiu-o-ensino-medio/#:~:text=O%20relatório%20da%20Pnad%20Contínua,é%20de%2054,5%.). Acesso em: 7 jun. 2024.
- CENTER ON THE DEVELOPING CHILD. **How racism can affect child development.** Cambridge: Harvard University, ©2024. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu/resources/racism-and-ecd/>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- CENTRO LEMANN DE LIDERANÇA PARA EQUIDADE NA EDUCAÇÃO. **Pesquisa com lideranças escolares 2022:** relatório para o Brasil. São Paulo: Centro Lemann, 2022. Disponível em: <https://admin.centrolemann.org.br/wp-content/uploads/2023/04/pesquisa-com-lideranc%CC%A7as-escolares-2022.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre o currículo:** diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024
- GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 19-33, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000100003>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.
- IDOETA, Paula Adamo. **4 efeitos do racismo no cérebro e no corpo de crianças, segundo Harvard.** São Paulo, 9 dez. 2020. Artigo publicado no *site* BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55239798>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. (Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 48). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.
- INTERDISCIPLINARIDADE E EVIDÊNCIAS NO DEBATE EDUCACIONAL. **O perfil dos jovens que esperam ser professores.** São Paulo: Iede, 2018. Disponível em: https://www.portaliede.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Estudo-do-Iede_O-perfil-dos-jovens-que-esperam-ser-professores.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.
- INTERDISCIPLINARIDADE E EVIDÊNCIAS NO DEBATE EDUCACIONAL. **Relatório de atividades interdisciplinaridade e evidências no debate educacional.** São Paulo: Iede, 2019. Disponível em: https://www.portaliede.com.br/wp-content/uploads/2020/05/IEDE_Relatorio-de-Atividades2019_DIGITAL_.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

IRUKA, Iheoma U. *et al.* Effects of racism on child development: advancing antiracist developmental science. **Annual Review of Developmental Psychology**, [San Mateo], v. 4, p. 109-132, 2022.

NERY, Carmen. **Censo 2022**: taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. Rio de Janeiro, 17 maio 2024. Artigo publicado no *site* Agência de Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>. Acesso em: 9 jun. 2024.

O QUE o Censo 2022 tem a dizer sobre alfabetização? Rio de Janeiro, 17 maio 2024. Artigo publicado no *site* IBGE educa. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-noticias/2915-ie-ibge-educa/professores/noticias/22316-o-que-o-censo-2022-tem-a-dizer-sobre-alfabetizacao.html>. Acesso em: 11 jun. 2024.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. **Plano estadual de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e das culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202308/09173026-pdf-plano-estadual-das-diretrizes-da-erer-3-1.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

SANT'ANA, Antônio Olímpio. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. *In*: MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

SETÚBAL, José Luiz. **Sendo criança negra no Brasil**. São Paulo, 17 nov. 2022. Artigo publicado no *site* Instituto Pensi. Disponível em: <https://institutopensi.org.br/sendo-crianca-negra-no-brasil/>. Acesso em: 2 abr. 2024.

TRINDADE, Azoilda Loretto. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Valores afro-brasileiros na educação**. Brasília, DF, 2005. p. 30. (Boletim, 22). Disponível em: <https://atividadesescolaresprontas.com.br/wp-content/uploads/2021/11/Valores-afro-brasileiros-na-educacao-1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2024.